



O PANORAMA E A SEMANA

UM FOCO ANALÍTICO SOBRE O PLANALTO E A POLÍTICA

BRASÍLIA, 27 DE JULHO DE 2020

POR MÁRCIO FERNANDES

NO PLANALTO: INSTANTE DE ESTABILIDADE EM MEIO A SINAIS DE TURBULÊNCIA

A semana para o Planalto começa com a sensação de relativa estabilidade que, no entanto, não permite ignorar os sinais de relativa turbulência que se desenham no horizonte. O Presidente da República segue estratégia – orientada pelos ministros militares – de moderação nas palavras e de relativo distanciamento público das alas mais radicais de seu próprio Governo. Como tem sido reiterado por nós, trata-se de tática de despressurização das tensões associadas às incertezas que ainda pairam sobre o avanço das investigações no STF referentes ao senador Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

Tal posicionamento tende a manter-se ao longo desta semana em parte devido a sinais positivos de aparente recuperação da imagem do Presidente Bolsonaro demonstrados por sondagens de avaliação de governo realizadas pela parceria XP/Ipespe (que indica queda de 50% para 45% da avaliação “ruim/péssimo” da gestão Bolsonaro entre 18/05 e 20/07), DataPoder360 (que indicou sutil crescimento de 29% para 30% das avaliações “ótimo/bom” da gestão do Presidente entre 24/06 e 22/07) e Paraná Pesquisas (que indicou a virtual vitória de Bolsonaro em 2º turno, com percentuais em torno de 45%, entre um conjunto de 6 potenciais presidenciáveis na hipótese de eleições no momento da execução da pesquisa). Analistas apressaram-se em associar tais indicadores ao perfil moderado adotado pelo Presidente nas últimas semanas. O Planalto, naturalmente, gostou da leitura.

No entanto, a semana anterior também foi marcada por [não tão] silenciosas movimentações que apontam para desafios que o Planalto terá que enfrentar. De início, é importante lembrar que o contexto de pandemia segue em fase de platô com altos índices de contaminação e de mortes (segundo balanço do Consórcio de Veículos de Imprensa divulgado hoje, Brasil possui 2.423.798 infectados por Covid-19 e 87.131 mortos registrados). Adicionalmente, a primeira fase da proposta de Reforma Tributária do Governo (concentrada na ideia de fusão entre PIS e Cofins) foi recebida com pouco entusiasmo pelo Congresso, que insiste na necessidade de medidas mais estruturantes para o tema. Neste sentido, o Legislativo não deu sinais de disposição para atender o sentido de pressa solicitado pelo Planalto. Em outro campo, a aprovação do caráter permanente do Fundeb na semana anterior deixou clara a





nossa percepção de que o Governo não tem amplo domínio sobre o Centrão e que este grupo político não é tão coeso como alguns observadores alardearam no passado recente. A mensagem ali foi marcada pela percepção de que Rodrigo Maia segue influente em importante setor do Congresso e que isso se refletirá nas eleições das Mesas da Câmara e do Senado no início de 2021.

NO CONGRESSO: SEMANA INTENSA COM PREPARATIVOS PARA ELEIÇÕES MUNICIPAIS E DAS MESAS DIRETORAS

A proximidade das eleições municipais aumentou o volume dos trabalhos legislativos nesta semana. Há ampla demanda de parlamentares por redução dos trabalhos no Congresso a partir de agosto, uma vez que o período que antecede o intervalo para a celebração de convenções partidárias (entre 31/08 e 16/09) é considerado essencial para a disputa por aliados e legendas em uma eleição que promete ser pulverizada graças ao fim das coligações proporcionais. No Senado, há previsão de que as 3ª feiras deixem de ser reservadas para sessões virtuais deliberativas a partir de agosto. Na Câmara, antecipou-se volume de apreciações para os próximos dias.

Na Câmara encontram-se seis Medidas Provisórias que aguardam deliberação e podem ser apreciadas nesta semana. Dentre elas, destacam-se as MPV n.º 944/2020 – que retorna à Casa após alterações de redação no Senado –, que cria linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem folha de salários durante a pandemia de Covid-19, e n.º 950/2020, que trata de medidas emergenciais ao setor elétrico devido à pandemia. Após a 4ª feira, a Câmara pode apreciar o PL n.º 3909/2020, que institui Programa Emergencial do Transporte Coletivo com o objetivo de oferecer auxílio financeiro de até R\$ 4 bilhões aos sistemas de transporte coletivo de estados e municípios. Os deputados também podem votar a urgência do PL n.º 6407/2013, que estabelece novo marco legal para o setor de gás natural.

No Senado, a agenda também terá a predominância de apreciação de Medidas Provisórias. Dentre elas, destacam-se: MPV n.º 938/2020, que dá apoio financeiro da União aos demais entes via Fundos de Participação de Estados e Municípios, n.º 942/2020, que abriu créditos extraordinários no volume de R\$ 639 milhões para a Presidência da República e Ministérios após cancelamento de emendas previstas para o Orçamento de 2020, e n.º 975/2020, que cria programa emergencial de crédito para pequenas e médias empresas. Há ampla expectativa de que os respectivos textos sejam aprovados e enviados à sanção presidencial.

Como mencionado, a aprovação do caráter permanente do Fundeb na Câmara na semana passada deu sinais quanto às dificuldades do Planalto em manter controle sobre a sua base naquela Casa. Os desafios relativos à imposição de disciplina ao Centrão estão em parte relacionadas às dificuldades do Planalto em concretizar promessas a aliados, mas também são reflexo dos preparativos relacionados a eleição das novas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. O final de semana foi marcado pela disputa interna entre diferentes legendas que compõem o Centrão, com especial destaque daquelas siglas que giram em torno da liderança do Dep. Arthur Lira (Progressistas/AL), mais próximo ao Planalto, e do Presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM/RJ). Há uma expectativa de que a dificuldade quanto a definição de nomes comuns na definição de candidaturas para a Mesa da Câmara culmine com o





distanciamento do DEM e do MDB (influenciadas por Rodrigo Maia e Baleia Rossi) da base do Centrão (PL, PP, PSD, Solidariedade, PTB, PROS e Avante) sob forte liderança de Lira. A disputa pode enfraquecer o Planalto na definição de um candidato à Presidência da Câmara que esteja mais alinhado ao Presidente Bolsonaro. Ainda neste tema, a discussão do Fundeb acabou gerando oportunidade para o Planalto discretamente afastar-se de sua ala mais radical no Congresso, uma vez que parte de seus membros descumpriram ordem de última hora do Governo para votar pela aprovação do Fundo destinado à Educação. A atitude serviu de justificativa para o afastamento da líder Bia Kicis (PSL/DF) da função de vice-líder do Governo no Congresso, sinalizando pretensão do Planalto de aproximar-se ainda mais do Centrão.

A POLÍTICA E A ECONOMIA

Ainda que com relativa timidez, a semana será influenciada pelo retorno das discussões relativas à proposta do Governo para uma reforma tributária. Neste sentido, há expectativa de reinstalação de Comissão Mista tendente a analisar o tema, influenciada pela vontade do Congresso em discutir a proposta governamental em conjunto com a duas matérias afetas ao tema e que já se encontravam em tramitação: as PECs n.º 45/2019 (que se encontra na Câmara) e n.º 110/2019 (em tramitação no Senado). Porém, mesmo que as lideranças do Governo demonstrem pretensão de concluir trabalhos na Comissão até outubro, as expectativas para tal cenário são baixas. A proximidade das eleições municipais, o volume de matérias emergenciais relacionadas ao combate ao avanço da Covid-19, a renovação das Mesas Diretoras e a próxima complexidade da matéria levaram o tema a avançar ao longo do ano de 2021.

AGENDA ADICIONAL DA SEMANA

* Ao Longo da Semana:

- Previsão de anúncio do novo Presidente do Banco do Brasil, após a saída de Rubem Novaes.

* Segunda-feira:

- CNI divulga resultados setoriais de seu índice de confiança do empresário industrial.

* Terça-feira:

- Câmara pode votar urgência para o PL PL n.º 6407/2013 (novo marco legal para o setor de gás natural);





- Câmara pode apreciar as Medidas Provisórias n.º 944/2020 (que cria linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem folha de salários durante a pandemia de Covid-19) e n.º 950/2020 (medidas emergenciais ao setor elétrico devido à pandemia);
- Senado pode apreciar as Medidas Provisórias n.º 938/2020 (apoio financeiro da União aos demais entes via Fundos de Participação de Estados e Municípios), n.º 942/2020 (créditos extraordinários no volume de R\$ 639 milhões), e n.º 975/2020 (programa emergencial de crédito para pequenas e médias empresas);
- Fim do prazo para a sanção presidencial da Medida Provisória n.º 931/2020 (prorroga prazo para empresas e cooperativas realizarem assembleias gerais ordinárias de acionistas ou sócios);
- Previsão de divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia;
- 10h: Assoc. Bras. da Infraestrutura de Base (ABDIB) realiza live com Pres. da Câmara Rodrigo Maia.

*** Quarta-feira:**

- Câmara pode analisar PL n.º 3909/2020 (institui Programa Emergencial do Transporte Coletivo);
- Fim do prazo para a sanção presidencial da Medida Provisória n.º 930/2020 (protege bancos dos riscos de volatilidade cambial durante a pandemia);
- TCU deve analisar prorrogações de contratos da Estrada de Ferro Carajás e Vitória/Minas, ambas sob controle da Vale;
- IBGE divulga PNAD Contínua;
- Governo pode divulgar Consulta Pública para avaliação de decreto que trata de viabilidade econômica de empresas públicas de saneamento.

*** Quinta-feira:**

- Bolsonaro faz tradicional *live* sobre o seu balanço da semana;
- Reunião Comissão Mista da Reforma Tributária para definição de seu cronograma de trabalho;
- Tesouro Nacional divulga resultados das contas do Governo Central de Junho;





- Início do prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao PL n.º 3887/2020 (fusão de PIS e Cofins na primeira fase da reforma tributária do Governo)

*** Sexta-feira:**

- Banco Central divulga resultado das contas do Setor Público consolidado de junho;

- Caio Megale, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, deixará o Governo e voltará a atuar na iniciativa privada.

O **Panorama e a Semana**® é um produto exclusivo para seus clientes e está sujeito aos limites de circulação e sigilo estabelecidos pelo termo contratual que propiciou sua produção e distribuição. Sua distribuição para além das pessoas e agentes autorizados é possível mediante autorização expressa e documentada das partes contratantes. Issued in Brasília by OLIMPIO&SONS Ltd.

©OLIMPIO&SONS 2020. The respective key symbols are among the registered and unregistered trademarks of OLIMPIO&SONS. All rights reserved.

